

Burguesia, latifúndio, escravidão e imperialismo no Brasil

Hudieny Dias de Souza¹

Sumário: Introdução; 1 Os primeiros séculos; 2 Dinheiro e poder na primeira metade do século XX; 3 Burguesia *versus* latifúndio, imperialismo e proletariado; Conclusão

Introdução.

O presente artigo trata de diversas questões inerentes ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, incluindo queda de câmbio encarecedora de importação, uma espécie de feudalismo baseada em verbalização contratual, latifúndio, golpe de Estado, proletariado, imperialismo e escravismo. Especialmente baseado na obra de Sodré, um nacionalista antiliberal, que vive um momento crucial para a definição das políticas a serem adotadas no futuro do país: luta entre progressismo e conservadorismo, efervescência de debates no Clube Militar entre nacionalistas e entreguistas, suicídio de Getúlio Vargas, desenvolvimentismo² de Juscelino Kubitschek, sociedade civil nas ruas em prol de liberdades civis e políticas etc. Toma partido em prol da democracia autoritária de Estado, para a concessão de direitos aos trabalhadores – já que um capitalismo robusto depende de salários fortes para estimular o modo de produção e o consumo de produtos de valor agregado, além da mera vida vegetativa nos supermercados inflacionários – e redução do analfabetismo como condição para o aumento da participação do eleitorado – inclusive defendendo a concessão do direito de voto aos militares –, algo que Vargas já vinha estimulando desde a década de 1930 para fazer frente às oligarquias da República Velha. Outrossim, Sodré defende a institucionalidade e o nacionalismo radical. Embora fosse marxista no método, não defendia o socialismo no Brasil, talvez por considerar que o país estivesse longe de estar pronto para esse sistema sociopolítico-econômico. Considerava o latifúndio como o grande problema nacional, intrinsecamente relacionado ao imperialismo. Com o Golpe Militar de 1964, o progressismo nas Forças Armadas se restringe, e o Clube Militar, onde o general Sodré teve cargo importante, deixa de lado aquela polarização supracitada e assume feição menos controversa, quando o país parece tomar partido ora alinhado com os Estados Unidos na Guerra Fria, ora procurando ares de liberdade em uma terceira via além de estadunidenses e soviéticos.

¹ Bacharel em Direito e licenciando em História pela Universidade Federal de Goiás.

² Um dos assuntos discutidos pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB –, cujos integrantes foram exilados com o golpe militar de 1964 no Brasil.

Sodré se debruça sobre a realidade brasileira – considerada carente de substrato informacional e de pioneirismo de obras para a aplicação de teorias –, cuja atividade econômica é mal organizada, sem confiança e negacionista da realidade. Vê a burguesia brasileira brotando de camadas médias ou altas da população, com uma indústria que pula as fases artesã e manufatureira e um proletariado já de antemão despossuído (nunca teve a propriedade de seus meios de produção).

1. Os primeiros séculos.

Sodré começa citando Engels, para quem a burguesia denota os capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social, que empregam o assalariado e liquidam as relações feudais, quando cidade, indústria, dinheiro e comércio vencem. Na França, era a classe mais importante socialmente; na Inglaterra, subjugou e atrelou a nobreza, que conservou honras e câmara dos *lords*.

A indústria ocidental clássica se desenvolveu a partir do artesanato e manufatura, depois de uma etapa incipiente de capital comercial e usurário que tinha relevo na expansão navegadora. Citando Marx, vê a circulação de mercadoria (artigo produzido para a venda) como a alavanca do capital, neste sendo dominante e normal. Ao contrário da indústria corporativa medieval, não havia limitação do número de operários, e a soma mínima para a produção ultrapassava o máximo que o medievo investia nesta. O capital aparece como uma relação sócio-histórica de produção; o dinheiro, além do seu valor de uso normal, passa a servir também de lucro, tornando-se uma mercadoria especial.

Etapa seguinte, para liberar força de trabalho, ocorre com a expropriação de terras. O capital gerado representa a acumulação primitiva, e a partir de então a força de trabalho reproduz o capital. Capitalista e proletário são mercadores formalmente em igualdade jurídica: só que, enquanto um compra, o outro vende a força de trabalho por prazo certo. O trabalhador aparece como dispondo à vontade de sua força de trabalho; como não possui outra forma de barganha, é livre de tudo, inclusive das coisas para realizar seu poder de trabalho.

A produção capitalista, dessa forma, depende de um senhor com muitos assalariados, subjugados àquele concomitantemente e no mesmo lugar, produzindo a mesma coisa. Ao contrário se postava o servo, que vendia apenas parte da sua força de trabalho, não tinha salário, pagava tributos, pertencia à terra e entregava ao proprietário parte dos frutos produzidos. Sodré traz que sempre houve classes oprimidas na história, sem retribuição. Etapa seguinte, surge os assalariados: no campo, os independentes; nas cidades, com o regime corporativo das oficinas. Não havia ainda o livre desenvolvimento das forças produtivas próprias da concentração, da cooperação em grande escala e da máquina. Foi necessário

ocorrer o aniquilamento da produção individual e dispersa para sobreviver a acumulação primitiva, a transformação da mercadoria e do dinheiro em capital, o processo histórico de separação do produtor e dos meios de produção, a pré-história do capital e seu modo de produção. É quando surge o proletariado: operários, pobres, gente que trabalha para os outros em troca de um salário. Com a Revolução Industrial e a grande indústria, surge de fato a burguesia e o proletariado, agora no primeiro plano do desenvolvimento social. A mais-valia aparece como a lei econômica fundamental do capitalismo: autocrescimento do dinheiro adiantado pelo capitalista, graças à disponibilidade da força de trabalho.

No medievo, a pequena indústria era do trabalhador. E enquanto no campo haviam os pequenos lavradores, livres ou servos, nas cidades haviam os ofícios artesanais. O capitalismo precisou desenvolver esses dispersos meios de produção em etapas – cooperação simples, manufatura, indústria – para convertê-los em meios sociais, manejados por coletividades. Surge a máquina de fiar, o tear mecânico e o martelete a vapor. A oficina cede lugar à fábrica. Foram cruciais essas incipientes formas de produção e troca – capital comercial, indústria artesã, trabalho assalariado –, voltadas a necessidades pessoais imediatas, com aproveitamento apenas do excedente para mercadoria.

Já com o capitalismo, a mercadoria assume forma genérica de produção. O operário produz mercadoria mas também capital (valores). Os capitalistas são os únicos detentores dos meios de produção. O trabalho passa a ser social, imbuído de cooperação, divisão, associação com ciências sociais (eficiência, leis genéricas, linha de produção, mecanicismo). O mercado se mundializa. Com a chegada ao Brasil surge a gestação da ordem capitalista. Ainda predominavam relações feudais, mas ocorria um surto mercantil. Era a época do mercantilismo. A Revolução Comercial se difundia para o globo. Predominavam o capital comercial e usurário, um pré-capitalismo: a circulação dominava a produção. As Grandes Navegações foram obra do capital comercial, importante na unificação e luta dos ibéricos contra os árabes e na centralização de poderes. Não é à toa que o Brasil tem se mantido com dimensões continentais por meio milênio. Na luta pela exploração das áreas “descobertas” declina-se o grupo mercantil ibérico, os senhores feudais trocam o que é produzido por outrem e o capital comercial emigra para outras áreas. Na colonização³ americana, os países ibéricos seguem rumos diferentes. A Espanha visa ouro e prata; Portugal, sem opção viável na ocasião, busca um sistema produtor de base agrária, o maior empreendimento do capital comercial luso-holandês. A Holanda dominava a distribuição do açúcar, e granjeou a maior

³ Ocupação e instalação de sistema produtivo.

parcela da renda da empresa açucareira brasileira, a qual se converte em capital, o que talvez a tenha estimulado a invadir o Brasil. Outra parte dessa renda serviu, em Portugal, para o consumo parasitário da classe feudal.

Apenas a legislação inicial na colonização do Brasil foi inspirada no feudalismo, como é o caso das donatarias, durante o lançamento da colonização. Desse primeiro tempo de colonização até a segunda metade do século XVII, domina o caráter escravista do sistema brasileiro de produção. Após esse período, apenas predomina. Esse escravismo surgiu da expansão colonial pré-capitalista e não da deterioração da comunidade primitiva indígena, e será transplantado para cá com violência. No caso das comunidades primitivas, ocorre o desenvolvimento dos ramos da produção: excedente, maior parcela de trabalho dos indivíduos, conversão dos prisioneiros em escravos. Nesse escravismo clássico, a produção exige que a distribuição tenha certa desigualdade e que a acumulação esteja em grau muito superior. Seu fim sobrevém quando é um entrave ao desenvolvimento das forças produtivas e não há compensação dos gastos e custos. Deixa na lápide o caráter ignóbil do trabalho produtivo. E somente uma revolução radical o soluciona. Já o escravismo moderno convive com comunidades produtivas indígenas que não chegam a evoluir para o escravismo, é consequência da expansão mercantil e uma das áreas prediletas do capital comercial⁴. Se dá em grande escala durante o longo período em que o Brasil será fornecedor único de açúcar ao mundo. Com a Guerra da Holanda, quebra-se essa exclusividade, e o tráfico passa também para o capital inglês. Com a Restauração, em 1640, os interesses de Portugal se afastam da Holanda, e aquele se torna dependente da Inglaterra, que passa a prover os mercados coloniais com escravo e torna esse tráfico uma das alavancas de seu avanço capitalista, para inclusive contrabandear para dentro dos monopólios comerciais ibéricos. O tráfico passa a ser um complemento da expansão manufatureira europeia.

Desde aquela época o mercado externo já influenciava as relações laborais no Brasil, especialmente pela brutalidade escravista aplicada na produção colonial, para extrair máximo rendimento do trabalhador. A força de trabalho aqui é parte do capital fixo, é renovada por constrangimento físico. Ocorre baixa produtividade. O desperdício é uma despesa inútil, que não é computada no produto e não lhe acrescenta valor. A colonialidade do sistema produtor permite a competição internacional, e o escravismo perdura enquanto circulação prevalece sobre produção. No Brasil, o escravismo é a base do açúcar⁵, ouro⁶ e café⁷. Relações feudais

⁴ O capital comercial luso-holandês provê o mercado colonial brasileiro de força de trabalho.

⁵ Até meados do século XVII.

paralelas ou sucessoras do escravismo, no entanto, sempre acompanhou este por aqui, além do patriarcalismo, outra fonte de atraso do Brasil, responsável pela subjugação de filhos e mulher, além de outros integrantes de uma família extensa comum nos primeiros séculos (PEREIRA, 2015, p. 6).

O escravismo brasileiro, como referido, foi limitado no espaço, pois havia terras inapropriadas e era interessante a proximidade do litoral ou barrancas dos rios para exportar a produção. Além disso, havia a necessidade de regiões dedicadas à subsistência da população, o que exigiu o desenvolvimento da pecuária, longe do litoral. Nesta atividade o escravismo não viveu. Já no século XVI começava o pastoreio sertanejo, onde se resistia naturalmente ao escravismo, relações feudais davam o tom, a produção era voltada para o interior da colônia, rebanhos cresciam livre e espontaneamente, e calamidades ecológicas eram frequentes. Muito depois, cresceram os rebanhos, seu adjacente elemento humano e a subsistência ligada à terra. As inclemências climáticas passam a incomodar quando o feudalismo está implantado profundamente e a agricultura vegeta. Nesse momento, o pastoreio influi na agricultura. E com a decadência açucareira, substitui-se as relações escravistas por feudais. Isso desde a mineração aurífera, quando o preço do escravo aumenta.

A pecuária sertaneja, no entanto, tinha pastagens pobres, muitas terras, desenvolvimento endógeno independente da demanda e apropriação da terra. Porém, as disputas agrárias se davam mais nos limites entre áreas agrícolas e pastoris, e o juiz era a decisão feudal de luta armada e não a autoridade pública. O pastoreio surgido nos currais do São Francisco se espalha, e fornece carne, tração, couro e subsistência à mineração. Com fraca densidade humana e desproporção entre homens e animais, as necessidades pastoris são parcas: muitos vivem da economia natural, e os contratos orais que precisam honrar se baseiam em partilhar rebanhos com os senhores feudais, os fazendeiros de gado. Nas áreas de mineração, o mercado ultrapassava bastante o da população agrícola nordestina. Como “(...) o agente econômico mais importante no século XVIII (...) ‘produtor’ do metal mais cobiçado pelos governantes dos estados nacionais ainda regidos pela política mercantilista (...)” (ARRAIS, 2019, p. 39), grande parte dos interesses de colonos e Coroa acorria às minas. No entanto, predominam relações feudais no sertão, com elementos marginalizados pelo

⁶ Surge na primeira metade do século XVIII, influi na acumulação capitalista e altera sobremaneira o escravismo.

⁷ Começa no século XIX, aproveita escravos da mineração decadente, seu desenvolvimento sofre ou gera as condições para se libertar do escravismo, alcança a fase imperialista do capitalismo e ascende pontilhado de crises.

escravismo, dependência pessoal entre servo e senhor, estratificações éticas⁸ e prestação de serviço ou contribuição em espécie. Há casos, no entanto, de relações feudais que desconheciam o escravismo, como na colônia de povoamento de São Vicente, onde havia um feudalismo muito próximo do peninsular, um misto de condições locais e tradições, isolamento, debilidade econômica, economia natural. A infixação Piratininga decorrente gerou mineração de lavagem, apresamento, descobertas auríferas e as bandeiras⁹. Havia aqui também a preocupação linhagista e o horror ao artesanato. Empregava-se escravidão indígena doméstica na produção para o consumo imediato e sem choque, e, quando preador, o bandeirante utiliza o indígena para o tráfico. Por isso é comum ver-se imagens de época de bandeiras e entradas incluindo indígenas. Só no litoral predominam as relações escravistas. A colonização ibérica na América Latina usou o indígena mais como servo que escravo. A *mita* e a *encomienda* são provas disso. No Brasil foi comum na economia coletora amazônica a servidão dos nativos, e na área pastoril sulina, onde o couro e a carne eram mercadorias, o senhor era o chefe dos peões¹⁰, e o escravismo também não se implantou. Foi no entanto quando do declínio aurífero que o Brasil nessas localidades chega ao seu feudalismo máximo: predomina brancos, os mineradores tornam-se criadores de gado e agricultores de subsistência e a propriedade da terra adquire primazia. No séc. XIX índios perdem terras e a Lei de Terras dificulta-lhe o acesso. Nas cidades, por outro lado, engatinhavam o artesanato e os ofícios¹¹. Não raro se viam ourives, marceneiros, carpinteiros, latoeiros, alfaiates, sapateiros e ferreiros. Os artesãos estavam em todas as áreas do país, usando matérias-primas locais ou regionais. Não passaram incólumes, pois D. Maria I agiu contra a tecelagem doméstica, e houve também a abertura dos portos no início do século XIX. Então, conclui-se que a servidão no campo brasileiro começou com a colonização. Ao contrário da Europa, onde passa pelo colonato e emerge das ruínas do escravismo romano.

2 Dinheiro e poder na primeira metade do século XX.

Passa-se a ver o declínio do latifúndio, o golpe e as vacilações da burguesia.

Assumindo o governo em 1910, Hermes da Fonseca promete proteção racional e equitativa aos produtos de origem primária brasileira, defender a indústria “natural”, mas não desgostar a lavoura. Já em 1915 Wenceslau Braz defende a revisão de tarifas, para atender as indústrias, o consumidor e o Tesouro, já que a finalidade precípua do Estado é o bem comum (Leite, 2018, p. 33). Com a Primeira Guerra, ocorre interrupção brusca nas exportações de

⁸ Questões de honra, forças irregulares do senhor, banditismo, heresias.

⁹ Espécie de *band* medieval, que se desloca à procura de novas atividades.

¹⁰ Gaúchos que operam rebanhos ou armas.

¹¹ Também nas zonas rurais havia produção doméstica e pequena produção de oficinas.

produtos envolvidos na guerra, e diante da necessidade de manter a produção do país, começa-se a ver os graves problemas em suas finanças: desequilíbrios, paradoxos, medidas imprevistas, surpresas, carestia. O mercado interno era o suporte de recuperação. Era necessário um novo *Funding Loan*, para satisfazer os serviços da dívida externa e suspender outras amortizações. Combater emissões, a queda do câmbio, a inflação. Éramos apenas credores comerciais. As contas do pós-guerra com a Alemanha não foram resolvidas a contento: continuamos a pagar juros e amortizações, embora não tenhamos recebido as reparações. Nossos saldos foram anulados pela dívida externa. Com o declínio das importações, a demanda permanecia e ocorre um salto da industrialização – empresas, usinas elétricas –, embora com deficiências: dispersão, peso artesanal e dos bens de consumo, e desenvolvimento também à custa do salário. A industrialização requer como pré-requisitos certo grau de desenvolvimento capitalista, economia mercantil, divisão social do trabalho, mercado de força de trabalho e prévia organização econômica capitalista. O capitalista precede o industrial na acumulação, que decorre da mudança qualitativa quando a economia de mercado interno assume a primazia no desenvolvimento do país. Forma-se o mercado, depois ampliam-se as relações mercantis, e por último divide-se a renda em lucro e salário: essa é a mudança qualitativa exigida, que pode ser vista na nova fazenda de café do Oeste Paulista, produto do declínio da escravatura, da importação de mão-de-obra livre e do abolicionismo, e em que o imigrante é a força de trabalho tecnicamente superior à escrava e mais barata.

A burguesia brasileira surge de imigrantes enriquecidos no comércio que viram industriais e de nomes tradicionais vinculados a uma sociedade antiga fundiária. Com a Primeira Guerra, ocorre um impulso que rompe relações antigas e tradicionais da troca externa, quebra-se a exportação de produtos primários e a importação de elaborados, suspende-se a introdução de capitais estrangeiros, cessa a competição imperialista e transfere-se capitais da agricultura à indústria. A economia precisa reagir: Epitácio Pessoa (eleito à presidência por conciliação) diz que não tinha recursos para pagar tropa e funcionalismo, e procura separar as indústrias “natural” e “artificial” (que importava matéria-prima). No cenário internacional, cresce o socialismo e sofre-se efeitos da guerra. As elites políticas conformistas, no entanto, acreditam que as coisas possam voltar ao *status quo ante* (prosperidade na exportação de café). O Centro Industrial do Brasil, no entanto, era favorável à importação de matéria-prima. Paralelamente, cresce as reivindicações operárias no Brasil, e outras agitações políticas – campanhas com pequena burguesia, movimentos com proletariado, inflação, Partido Comunista – passam a figurar na pauta do dia. A burguesia está

interessada em reformas, mas teme avanço grande demais. Pouco depois da Guerra, os preços do café diminuem¹², o câmbio declina (encarecendo a importação), sobrevém déficits orçamentários, há novos empréstimos externos (1921, 1922, 1926 e 1927) e um novo *funding* em 1931. Segundo o autor, a história se repete para os fracos mas acaba em farsa.

A dívida pública entre 1824 e 1933 sempre cresce (inclusive pela desvalorização monetária). No balanço do serviço da dívida, o saldo em circulação declina seu ritmo na República Velha. E a desvalorização monetária provoca transferência de renda entre classes (só não é espoliado os aliados dos interesses externos) e conta até aí com o apoio da burguesia. A partir de então, esta passa a contribuir e perder no processo. A arrecadação em papel aumenta mas diminui em ouro: é sempre interna, em papel-moeda, exigindo cada vez mais sacrifício do contribuinte (o trabalhador), embora não haja aumento real do rendimento tributário. A troca de mercadoria implica em desvalorização: o consumidor estrangeiro compra cada vez mais, gastando menos, e há perda de substância. A exportação, assim, é economicamente mais frágil, possuindo menor preço médio da tonelada bruta, em ouro.

A sociedade brasileira estava habituada a considerar a exportação como único fundamento da produção, confiava mais no estrangeiro. Quanto mais um país é rico, extenso etc., menor é o seu comércio externo, o que não se verificava no Brasil, por seu histórico de latifúndio. Mas com a Revolução de 1930, que visava derrotar o latifúndio, começa-se um reaparelhamento profundo do país, a burguesia ascende (não mais fica apenas em pronunciamentos políticos, inquietações, agitações, perturbações e motins militares e manifestações de massa). Havia somente a força para mudar a realidade: o sistema eleitoral não tinha representação e as manifestações de massa eram desorganizadas. O tenentismo, assim, representou uma vanguarda burguesa, incluindo palavras de ordem como representação e justiça, contra o latifúndio que, como base da economia exportadora, fraudava as eleições, adulterava a justiça e restringia o Estado a seus interesses. Essa crise era antiga, sistêmica, envolvendo *déficit*, carestia, queda de câmbio e lutas tenentistas. Washington Luís pretendeu extremar as transferências de ônus aos pobres, mostrando a inocuidade do tratamento meramente financeiro de crises estruturais. E com a crise de 1929, a mais severa que atingiu o capitalismo, abalou-se todo o mercado mundial, especialmente países exportadores, que tiveram suas exportações reduzidas sobremaneira. Além disso, cessam as entradas de capitais estrangeiros. O orçamento federal de 1930 mostra grandes déficits em ouro, papel e líquido. E sem reservas auríferas, intentam-se o progresso mais uma vez com empréstimos estrangeiros,

¹² Visto que na guerra bebidas supérfluas não devem estar na ordem do dia, e depois dela costumes costumam perdurar.

num cenário de menor consumo e restrição de crédito estrangeiro. A redução de preços decorrente prostrou a economia, e novamente intenta-se empréstimos externos para defender os preços do café, usando dinheiro público para corrigir as mazelas de más decisões, contrariando o tão apregoado liberalismo. Mas não ocorre abertura de crédito em 1929, devido às bancarrotas capitalistas, e sem financiamento o café nos primeiros momentos ficou sem cotação, gerando pânico nas elites latifundiárias brasileiras.

Essa valorização do café era antiga. Permitiu que entre 1925 e 29 a produção dobrasse, e que entre 27 e 29 as exportações absorvessem dois terços da produção. Embora entre 20 e 29 o produto nacional bruto nos EUA tenha crescido, o consumo e preço do café não aumentaram. Neste período, enquanto as exportações aumentavam 10% na América Latina, as importações cresciam em 100%. Estoques acumulados, para manter o preço no exterior, era de 4,2 milhões de contos em 29, lançando-se mão de empréstimos externos para comprar e retirar café do mercado. Havia inclusive queima de café para reduzir preços. Nesse estado de coisas, comum era a pressão inflacionária. Com um passageiro câmbio favorável às vésperas da crise de 29, o governo animou-se e optou pela conversibilidade, mas com a crise evadem-se as reservas acumuladas à custa daqueles empréstimos. Em outubro de 1930, a oligarquia é substituída pelo Governo Provisório, que conta com tenentistas e uma corrente tradicional. Logo a burguesia fará pazes com latifundiários para eliminar a competição agitacionista. No entanto, a corrente reformista estimulará a ampliação de direitos democráticos. Procura-se reduzir a importação com o uso do álcool combustível, maior produção de trigo, melhor aproveitamento do carvão e algodão, ampliação de lavouras, aperfeiçoamento de indústrias, enfoque no ferro, melhorias no transporte, aparelhamento para exploração de riqueza material. Ao contrário de Júlio Prestes, exportacionista, Getúlio se voltava à economia interna, ao avanço das relações capitalistas. O inconformismo contra as oligarquias vinha das cidades. No campo, as populações adormeciam em sono secular e era massa de manobra dos coronéis. O tenentismo, movimento armado de 22, 24 e 26, tinha que enfrentar essas populações mobilizadas, armadas e municadas em torno das polícias estaduais. Geralmente contando com militares pequeno-burgueses das classes médias, pobres e desamparadas, tinha que buscar antes o exílio para se salvar. Por outro lado, as reformas visadas pela Revolução de 30 se dividiam em duas: a) estritamente políticas, defendidas pelos situacionistas mineiros e gaúchos, pelo Partido Democrático Paulista e por antigas oposições estaduais, e b) e outra voltada aos reclamos da pequena burguesia, da mocidade militar. Após a Revolução recrudescem-se o embate entre essas correntes: o tenentismo vira doutrinário do Clube 3 de

Outubro, pregando sindicatos, cooperativas, trabalhismo, nacionalização mineral, antilatifundiarismo e regulamentação comercial e de águas.

No mundo, a área capitalista entra em crise profunda e generalizada. O imperialismo tem sua ação amputada temporariamente. Nas economias dependentes exportavam-se menos capitais, a produção colapsava, preços diminuía e havia menos mercadorias para troca externa. Para o Brasil, intentou-se transferência internacional de parte do desastre e houve pausa na pressão imperialista, além de que o latifúndio teve suas exportações e seu poderio político abalados. Como o governo anterior remetera ao exterior ouro para sustentar o câmbio, havia poucas opções ao país. O Governo Provisório suspende o serviço da dívida externa (3º *Funding Loan*). Não encontra arquivos dos empréstimos federais. Com a crise de 29 a redução da renda monetária variou entre 25 e 30%. A exportação é o setor mais atingido. Queima-se café. No entanto, o país consegue emergir da crise utilizando seus recursos. Em 33 cresce a renda nacional e aumenta-se as inversões líquidas. O mercado interno, pela primeira vez, prepondera na formação de capital. O algodão se coloca no mercado externo, até o retorno da pressão imperialista estadunidense. As indústrias brasileiras aproveitam mais intensamente a capacidade instalada. Ocorre um surto da agricultura de mercado interno, e a indústria de bens de capital pouco sofreu com a crise (embora tenha reduzido a importação).

Em 1935 o nível de renda nacional se recupera, ao passo que entre 29 e 37 aumentam-se a produção industrial brasileira, a produção primária para o mercado interno, a renda nacional e o número de estabelecimentos industriais. Em 39 a indústria participa em 13% da renda nacional. Entretanto, o câmbio continua baixo, expressando um desequilíbrio numa população que cresce e se civiliza mas carente de meios de pagamento no exterior para suas necessidades; ocorre, então, uma emulação para o nosso desenvolvimento. No início caem os saldos na balança de mercadorias e a balança de pagamentos se torna deficitária. Mas depois a economia interna se diversifica: bens de capital, surto agrícola do algodão, indústria tecelã, borracha na indústria. A Revolução de 30, assim, remodela o aparelho do Estado, abre uma legislação para desenvolvimento livre do capitalismo, nacionaliza a exploração das riquezas naturais (ferro, quedas d'água, redes ferroviárias) e lança Vargas como dirigente político da burguesia brasileira (pág. 296). A siderurgia brasileira deveria ser monopólio para exportação, com estatais na indústria e órgão autônomo para seu controle. O Código de Minas, de 1934, se baseava no direito realengo: previa que jazidas desconhecidas, quando descobertas, seriam incorporadas ao patrimônio da nação. E a Constituição de 1937 previa, para o aproveitamento industrial das minas e jazidas minerais, autorização federal, pesquisa e lavra. Em 1933 surge o

Código de Águas, e, em 39, o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, com previsão de intervenção estatal.

Em 1931 ocorre no país de forma inédita o monopólio do câmbio, e o controle das operações sobre divisas. No ano seguinte, institui-se o “visto prévio” da FIBAN e define-se operações legítimas de câmbio. Em 33 ocorre o monopólio da compra do ouro.

O operariado também vinha sofrendo metamorfoses. De uma etapa preliminar de atraso no campo e estria anarquista com imigração camponesa, chega-se ao fim da Primeira Guerra com um mínimo de organização, haja vista a greve geral de 1917. Ao Partido Comunista, fundado em 1922, adere Luís Carlos Prestes, principal tenentista.

No mundo, o imperialismo mostrava suas influências: buscando barreira em torno da URSS; financiando regimes ditatoriais ou autoritários; armando o salazarismo português, o fascismo italiano e o nazismo, ou ensejando a guerra civil espanhola. Não raro surgia regimes de força, especialmente se a burguesia atrasara seu despontamento.

Já no Brasil surgiram como ação salvadora as voluntaristas. E no comércio exterior Alemanha e Japão se tornaram áreas importantes. Mas a burguesia se inquietava com reivindicações operárias, discussão dos problemas e arregimentação das opiniões. É quando volta a se atrelar com imperialismo e latifúndio, perdendo metade da dívida dos cafeicultores, após o movimento constitucionalista de 1932, e deslocando os elementos tenentistas ocupantes de postos de relevo e liquidando-os como movimento organizado. Não mais progride à custa do latifúndio, mas do salário.

Foi um momento de grandes inquietações políticas: Aliança Nacional Libertadora *versus* Ação Integralista, movimento “comunista” de 1935, estado de sítio e de guerra, policiamento vesânico... Juntos, burguesia, imperialismo e latifúndio instalam o Estado Novo, ditatorial, eurocêntrico e que só no fascismo e nazismo típicos encontrou par em torpezas e desmandos. O regime estadonovista enchia prisões; arrancava professores de suas cátedras, parlamentares de seus gabinetes, militares de seus postos e autoridades de suas funções; inverteu o princípio do juiz natural criando tribunais de exceção (designações de juízes *ex post facto*) para coonestar (dar ares de honra e honestidade) ignomínias; tratou o movimento operário como caso de polícia, e tornou a questão social superintendida por delegacias especializadas praticantes de tortura e intimidação. Repete-se, com os ajustes necessários, o refluxo das revoluções burguesas: a burguesia se separa das camadas que a ajudaram a desalojar a classe feudal, voltando a recompor-se com esta e violentando o antigo aliado. Basta correlação de forças favorável para advir essa traição. Gratidão não cabe quando o parâmetro são cifras e cifrões, poder e prestígio social.

No campo econômico, as concessões de exploração de manganês e ferro continuaram, e o censo industrial de 1940 mostrava que os capitais societários estrangeiros representavam 44% do todo, de modo que estrangeiros com residência também no exterior possuíam cerca de metade das ações das sociedades industriais. Os preços médios dos produtos exportados aumentava continuamente de 1938 a 44, embora rendendo lucro que ia quase pela metade a esses estrangeiros. A burguesia começou a avançar mais lentamente, apesar de sua aliança com imperialismo e latifúndio e das grandes divisas oriundas das exportações de café e algodão. De 1937 a 1942, aumentam-se a população e a renda monetária nas exportações, e diminuem-se as importações, os investimentos e a renda *per capita*. Os preços aumentam em 86% de 1940 a 44. Apesar disso, a burguesia ascendia nos campos da borracha, açúcar, álcool, controle do mercado, produção de carvão e algodão, e pela criação da Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia Vale do Rio Doce e Conselho Nacional do Petróleo. Com o câmbio fixo, favorecia-se as exportações.

E com o fim da Segunda Guerra, reabre-se o problema político, embora diante de uma opinião pública obtusa. Vargas tenta reencontrar as bases populares mas latifúndio e imperialismo decretam a liquidação do líder, deposto em 45 por golpe militar branco. Isso porque depois de uma crise é difícil a restituição do quadro prévio, visto aquela fazer parte do desenvolvimento histórico. A Primeira Guerra torna clara uma crise geral do capitalismo que vem se avolumando desde o século XIX, e a Segunda mostra seu aprofundamento – aumenta-se o socialismo no mundo com a revolução chinesa e os EUA viram árbitro em sua área de influência. Com a bomba atômica em Hiroshima, a Guerra Fria se inicia de fato. Decompõem-se as áreas coloniais mas o imperialismo “salva” áreas sob sua supremacia, intervindo ostensivamente ao mostrar o imbricamento entre economia e política.

No Brasil, as alterações econômicas impulsionadas pela guerra não são seguidas por mudanças políticas de imediato. O golpe de 45 dificultou a intervenção de forças populares e retirou a base política burguesa. Outra era a expressão do imperialismo, latifúndio e limitações democráticas (conservadores no Estado, soluções policiais, fechamento do PC e cassação dos seus representantes, interrupção de relações com URSS). O entreguismo começava nos setores elétrico e de minérios. Muito embora durante a Segunda Guerra se tenha acumulado montante inédito de divisas no exterior, estas foram malbaratadas nos anos seguintes. Nossa posição era vergonhosa: a Inglaterra afirmou que não saldaria os débitos comerciais conosco, e como solução o Brasil compra, pelo preço dos estrangeiros, trambolhos ferroviários britânicos instalados aqui. E nossa riqueza mais disputada, o petróleo, não fugia das disputas. Enquanto o Conselho Nacional do Petróleo procurava resguardar a propriedade e

a exploração dessa riqueza, o projeto de Estatuto do Petróleo era favorável aos monopólios estrangeiros, quando surge, em todos os recantos do país, a campanha pela solução nacionalista (a burguesia nacional e forças populares dela participam). E o governo age com violência para conter o esclarecimento, espancando, processando, praticando atentados, prendendo, castigando e ilegalizando a defesa dos interesses nacionais. Populares queriam impedir que o projeto de Estatuto do Petróleo virasse lei. Sob a ameaça de domínio imperialista, foram despertados sentimentos de pátria, nacionalismo, revolta e liberdade.

Em 1945, quando se cria a SUMOC, ainda assim continua o desperdício de divisas. Inexiste mercado oficial de câmbio e permite-se o retorno e remuneração dos capitais estrangeiros. Em 47 surgem as filas de compradores, as operações vinculadas e os *bonecos*¹³. O pós-Segunda Guerra assiste aos técnicos imperialistas assumindo funções econômicas e financeiras nos governos. Outra força a que se muda substancialmente o mundo partidário. O candidato situacionista não consegue conter o eleitorado varguista. Vargas se concilia com o imperialismo, com medidas ora favoráveis ora contrárias aos interesses nacionais. Abole operações vinculadas ao câmbio; cria monopólio da importação de borracha; em 1953, permite um mercado livre de câmbio, e controla o retorno e remessa de lucros ao exterior.

A economia de exportação voltava a crescer. Preços subindo (café e algodão, *e.g.*), embora com deterioração das relações de troca e redução da importância do café. O imperialismo, além de operar na via comercial¹⁴, passou a fazê-lo também no mercado interno. Deixa de se focar na negativa de empréstimos para a indústria, introduzindo conjuntos industriais “nacionais” inteiros, de modo que as de bens de produção se tornassem subsidiárias das estrangeiras aqui instaladas. Assim, Vargas enfrentava um quadro extremamente difícil, onde era inócua a conciliação¹⁵. O grande atrelamento da exportação com o imperialismo levou à crise política, que culminou com o suicídio. Viviam-se um momento frustrante: receio oficial do debate; especulação no câmbio e no comércio exterior; acusações de corrupção contra o governo (algo parecido com o que se pratica hoje quando se quer derrubar um líder político); deterioração das relações de troca; sub e superfaturamento; desvios cambiais; câmbio para remeter lucros; adição ao capital estrangeiro dos excedentes dos lucros, juros ou dividendos; desnacionalização; inflação de capital; empréstimos fictícios;

¹³ Compensação do fornecedor ao importador para manter este sob controle.

¹⁴ Desigualdade prolongada dos preços e domínio da comercialização dos produtos principais de exportação.

¹⁵ Projeto transigente de exploração do petróleo; permissão de burla dos Códigos de Minas e de Águas; Eletrobrás como sociedade mista; empresas privadas como monopólios estrangeiros com todas as vantagens, e Lei 2004/53 instituindo o monopólio estatal para a exploração de petróleo mas criando monopólio apenas onde há ônus – procura e extração.

manipulação da opinião pública; acusações de furto, e lucros em cruzeiros transformados em capital estrangeiro.

Ao mesmo tempo, Vargas, ao fazer concessões ao imperialismo e perseguir patriotas, perdia apoio entre as forças que costumavam apoiá-lo. Antes de morrer criticou os contrários aos direitos trabalhistas, o Congresso por não aprovar a lei de lucros extraordinários, os obstáculos que sofreu a Eletrobrás, a espiral inflacionária, os gigantescos lucros das empresas estrangeiras e as fraudes nas declarações de valores das importações. Os responsáveis pela morte de Vargas perceberam a inconveniência da democracia para seus planos, que passavam por sigilo e força. As forças contrárias, incluindo a burguesia, apoiaram Juscelino Kubitschek, que enfrentou inúmeros entraves, obstáculos e ameaças. Seu Plano de Metas alça o Estado como empreendedor de vulto, distribuindo favores e privilégios e favorecendo a entrada de capitais estrangeiros. Outrossim, favorece os interesses externos, com ostensivas deformações na industrialização (imperialismo participando da renda industrial no mercado interno). Com a Lei de Tarifas cria-se o substrato para a entrada de capitais estrangeiros. O cruzeiro muda seu valor, prejudicando trabalhadores e consumidores pelos ônus da entrega dos recursos nacionais e mercado interno ao imperialismo. Instala-se inúmeras indústrias estrangeiras, às vezes desproporcionalmente às necessidades do mercado.

A automobilística contou com uma prévia estrutura de apoio: um parque nacional produtor de autopeças e a estatal Fábrica Nacional de Motores. Já havia a siderurgia, instalada por intervenção do Estado. Ocorre uma deformação: introduz-se por privilégios inéditos os capitais estrangeiros, quebra-se a evolução natural da indústria automobilística no país, deforma-se o desenvolvimento da capitalização interna e reserva-se o mercado. O Estado canaliza aos estrangeiros dezenas de bilhões de cruzeiros e dá às concessionárias câmbio especial e privilégio de trazer os equipamentos estrangeiros sem cobertura cambial, além de favores fiscais, isenção de direitos e taxas aduaneiras para equipamentos entrados e peças e partes complementares dos veículos, isenção de imposto de consumo para venda, empréstimo de cruzeiros para comprar divisas e financiamento a longo prazo. Ocorre uma desproporção entre a capacidade instalada e a produção efetiva; gasta-se divisas com a importação de produtos automobilísticos, e paga-se *royalties*, juros e dividendos e amortização para capitais estrangeiros introduzidos no país. Também a construção naval contava com estrutura nacional suscetível de ampliação. Mas enquanto estaleiros estrangeiros são levantados com recursos nacionais, os nacionais ficam com maior capacidade ociosa e navios obsoletos e gastamos divisas em fretes e seguros marítimos. Na vertente mineral do Plano, foca-se na exportação do ferro. Além da Cia Vale do Rio Doce, nacional, havia o interesse na instalação do

imperialismo e na exploração direta pelos trustes compradores. O Plano ainda se estendia ao setor aeroviário, que vinha em franco crescimento, e ao trigo, o qual sofreu queda após a implantação das diretrizes governamentais¹⁶. O Plano de Metas também regularia o carvão¹⁷, o transporte ferroviário¹⁸, a energia elétrica¹⁹ e o alumínio²⁰. O comércio exterior se deteriorava rapidamente, especialmente envolvendo café e algodão. A Balança Comercial mostrava déficits, assim como a de Pagamentos. Os recursos do exterior eram maiores nominal que realmente. Os investimentos e financiamentos na indústria automobilística respondiam por 54% das entradas no governo JK, apesar dos problemas já apontados.

A exportação de minérios era enorme mas sem ligação com a expansão do parque siderúrgico nacional. A indústria brasileira triplicara seus bens de produção, multiplicara por 17 seu produto em material de transporte, duplicara na área química e farmacêutica, regredira na área têxtil e ficara abaixo do dobro nos demais setores. Os capitais estrangeiros respondiam por 90% do setor automobilístico, 85% do de cigarros, 82% do elétrico, 70% do farmacêutico e do de máquinas, 50% do químico, 45% do plástico, 35% do de autopeças e 20% do de cimento. Essa economia deformada agravou a inflação. O Estado, instrumento do imperialismo, era generoso com o latifúndio: o café se valorizava no interior, com safras compradas pelo governo, e estava atrelado a monopólios estrangeiros de comercialização. Crescem as emissões e os meios de pagamento: papel-moeda emitido, papel-moeda em poder do público e moeda escritural. Assim, JK foi o paraíso do imperialismo (que estava estreitamente ligado à burguesia mercantil), financiando também as forças do atraso, ferindo as camadas populares e prejudicando a maioria da burguesia brasileira. Sua reforma cambial parcelada acelera a inflação e transfere os ônus do desenvolvimento àqueles desprovidos de capital. Já Jânio Quadros renunciou como opção à figura de títere do imperialismo, embora tenha assumido os mesmos rumos, pessoas e dívidas pesadas de JK, e se compromissado com imperialismo, burguesia mercantil e latifúndio. Embora eleito com muita base popular, não teve condições de aumentar o comércio exterior, abarcando o mundo socialista, como queriam muitos burgueses e populares. A tentativa de golpe de 61 ensejou uma manobra parlamentarista burguesa. Dessa forma, vê-se que a burguesia brasileira, em conjunto,

¹⁶ Os Acordos do Trigo, para colocar no Brasil os excedentes dos EUA, com preços subsidiados tal qual ocorria com o algodão, e com pagamentos a longo prazo e parcialmente em cruzeiro, a ser utilizado se prévia aprovação dos EUA, ficando vinculado às empresas imperialistas, especialmente as de energia elétrica.

¹⁷ Submetendo-o aos interesses das empresas estrangeiras monopolistas, fornecedoras do carvão metalúrgico.

¹⁸ Para importação de material estrangeiro e dieselização.

¹⁹ Barragens gigantescas com recursos nacionais e empréstimos externos com compra dos materiais no mercado americano, atingindo uma potência instalada de apenas 4,1552 Gw em 1959.

²⁰ Prometido ao monopólio estadunidense da Kaiser Aluminium Corporation.

continuava, na década de 60, necessitando de formas democráticas e dirigentes políticos com base popular (pequena burguesia, trabalhadores e camponeses), a qual veio com João Goulart, expressão inicial então das necessidades burguesas no Brasil e defensor de amplas reformas, que no entanto careciam de termos concretos. De toda sorte, a essa altura o império já se alastrara por sobre o país e, no final, Jango continuou a política econômico-financeira em voga e o imperialismo, sem condições de aprovar as reformas de base.

3 Burguesia *versus* latifúndio, imperialismo e proletariado.

Nessa parte o autor esclarece o imbricamento entre os interesses burgueses e seus quase sempre antípodas latifúndio, imperialismo e proletariado, conectados entre si e à burguesia (há vínculos entre as camadas sociais). Como exemplo: enquanto a burguesia defende certo tipo de reforma agrária, proletários e camponeses buscam uma maneira diferente de distribuir a terra, bem que desde os irmãos Graco, em Roma Antiga, já era causa das maiores atrocidades. O latifúndio contrariava os interesses do capital desde a origem deste, quando do ventre daquele emerge, passando por etapas, no Brasil. Primeiro, a burguesia coexiste com o latifúndio; depois, sobrevém uma incompatibilidade – a burguesia se torna a classe dominante, e o latifúndio, dependente dos favores estatais. Entre os censos de 1940 e 50 ocorre maior concentração fundiária, agravando os sofrimentos no país: manipulação estatal para privilégios contra a população e a economia de mercado interno; exportação com superprodução; mercado interno subproduzindo; importação prolongada e cara de alimentício; povo pagando os altos preços quando das superproduções; empréstimos externos para defender preços na exportação; empresas comerciantes monopolistas externas; Convênio de Taubaté obrigando o povo a pagar preços, lucros da comercialização e empréstimos quanto ao café; truste²¹ monopolizador e baixista²²; envilecimento do câmbio, depreciação da moeda externa e inflação relacionados ao café; firmas estrangeiras no mercado exportador de café obtendo do Banco do Brasil capital de giro... Assim, o monopólio da terra ensejava estreitamento do mercado, obstáculos às relações capitalistas e novo endividamento em 1961 facilitado pelos EUA e FMI para atenuar desequilíbrios no balanço de pagamentos.

Também o nosso algodão, segundo produto de exportação, se assentava no latifúndio. O *dumping*²³ estadunidense nos alijou dos mercados externos. À moda do café, usou-se parcelas orçamentárias para “socializar” os prejuízos. Os exportadores eram as firmas estrangeiras monopolistas, cujo capital comercial girava com capitais brasileiros, recolhidos

²¹ Empresas se unem aumentando preços.

²² Atuante no mercado em baixa.

²³ Prática de baixar preços para se livrar de excedentes ou destruir concorrentes.

em institutos oficiais de crédito. Essas incongruências levaram o custo de vida a se multiplicar por 100 no último século antes da década de 1960, devido a técnicas antiquadas de produção, ausência de estrutura produtiva ou alto preço da renda fundiária. O trigo nacional também sofreu: a política cambial nos custos de produção aumentou 4 vezes o preço dos implementos e máquinas agrícolas e 3 vezes os fertilizantes, inseticidas, combustíveis, sacaria etc.

Milhões no campo estavam na miséria e/ou passavam fome, consumidores em potencial que mostravam a necessidade de mudanças, a saber: reforma agrária sem indenização prévia em dinheiro nem valor justo, desapropriação de terrenos acima de 500 ha, imposto territorial progressivo, regulamentação do mercado imobiliário rural, propriedade aos posseiros etc. Não se tratava de socialismo, mas mudanças burguesas, temidas pela burguesia pelo receio de fortalecer as classes inferiores ou desagradar fazendeiros ou imperialistas. O capital não reconhecia a importância de um capitalismo forte, em sintonia com as necessidades básicas do operariado e do campesinato. Longe se estava de um Estado Social de Direito, em que, embora afastando-se da figura de Robin Hood, o Estado deve provê as necessidades básicas da população, respeitando o art. 1º da atual Constituição Federal, com o perdão do anacronismo, e não desvindo recursos para o enriquecimento de apenas alguns setores da sociedade (PAULSEN, 2018, p. 23).

Quanto ao imperialismo, a burguesia também vacilava. Ao fim da Segunda Guerra, dois terços da humanidade viviam em territórios sem administração própria, em colônias ou em protetorados. Os países subdesenvolvidos contribuía irrisoriamente para a produção e troca internacionais, tinham indústrias atrasadas, economias agrárias, operavam basicamente com matérias-primas, eram vítimas da velha ordem colonial de lucrar com diferenças de preço no comércio internacional e transferiam suas rendas aos desenvolvidos. Os monopólios dos EUA retiravam da América Latina cerca de US\$ 2 bilhões anuais em lucros com esse tipo de troca. O atraso da economia gerava fome, miséria, dominação imperialista e relações feudais ou semif feudais. O imperialismo se assentava especialmente na ciência, técnica, monopólio e exploração dos países atrasados, controlando fontes de matérias-primas, bancos, indústrias, transporte e comércio exterior. Os EUA concediam empréstimos e donativos em dinheiro caso atrelados a sua geopolítica, além de atuar na exploração externa, controle da exportação e militarização da economia interna. E no Brasil as Associações Comerciais geralmente chancelavam a sua fidelidade ao império. As Federações da Indústria, por outro lado, comumente ficavam contrárias (grandes empresas nacionais eram antiimperialistas).

No entanto, as inversões nacionais predominavam depois da Segunda Guerra. É irrisório o financiamento por capitais estrangeiros nas nossas importações. As altas cifras dos

capitais estrangeiros são um artifício para remeter lucros de capitais nacionais. Entre 1939 e 1955 ingressaram US\$ 173 milhões e foram remetidos rendimentos de US\$ 1.112 milhões. E os investimentos dos EUA no Brasil passou de US\$ 240 milhões para US\$ 1.107 milhões, ou seja, transformou-se capitais brasileiros em estadunidenses, o que permitiu remessas de lucros, juros, dividendos e *royalties*. As empresas estrangeiras que se estabeleceram aqui trouxeram capitais de giro e atraíram os nossos escassos numerários. Isso explica que o desenvolvimento econômico do Brasil no pós-Segunda Guerra foi autofinanciado. Houve desinvestimento líquido: o país investia nos países capitalistas os fundos que não podia dispensar. De 1949 a 52, as inversões diretas dos EUA na América Latina se deram pelos lucros reinvestidos em empresas subsidiárias. Assim, os investimentos estrangeiros enrijecem o sistema em prol de matérias-primas e alimentos para exportação. Fontes não confiáveis minimizam as remessas, fraudam-nas e supervalorizam os investimentos estrangeiros no desenvolvimento do Brasil. Exporta-se capitais para maiores lucros e considerável remuneração, enquanto o país não conhece as empresas estrangeiras: seu capital, sua documentação, valor da dívida. As instituições oficiais de crédito (BNDE, BB) as financiam com preferência, enquanto o mecanismo cambial ajuda o imperialismo²⁴, liberalizando o câmbio para que monopólios exportadores aqui instalados manobrem, especulem e detenham a maioria das cambiais. As estatais²⁵ sofrem investidas para sua descapitalização: debilita-se-as para acusar o Estado de mau administrador e entregá-las ao investidor privado (monopólios estrangeiros), mantendo o aço com preço baixo e exportando desenfreadamente manganês e ferro. Na surdina travam Acordo de Investimento contra riscos de nacionalização e compra-se subsidiárias dos trustes de energia elétrica com montante a critério do vendedor e sem tombamento contábil e físico. A burguesia, no entanto, sempre tem se conciliado com o mais forte e enfrentado o mais fraco. Tem sido nos primeiros tempos de sua existência uma classe oportunista, ora amoral, mas quase sempre imoral, parecendo um político, intermediário/representante de interesses opostos, mas que também insere suas próprias metas no processo. Foi imperialista no Estado Novo, pela SUMOC e quando dos acordos lesivos à nação brasileira; mas, quando sua base política é mais forte, fica do lado do Brasil.

Por outro lado, nos 150 anos até a década de 1960, o câmbio passou de 67 e meio para 3 dinheiros. A burguesia parece inaugurar algo novo na história, o suicídio de uma classe.

²⁴ As instruções da SUMOC levam ao domínio de ramos da indústria interna.

²⁵ Último reduto visado pelo império. Como exemplos de estatais, as que atuam com energia elétrica, aço e autoveículos, além de outras riquezas: Petrobrás, Cia Siderúrgica Nacional, Fábrica Nacional de Motores, Fábrica de Álcalis e empresas elétricas.

Por fim, a última “contradição” que Sodré analisa é a entre burguesia e proletários, tema que se insere no da libertação dos povos de passado colonial ou de economia colonial. Discorre sobre o desenvolvimento inicial do proletariado em países que já trilharam parte do capitalismo e sobre a fraqueza da burguesia e do proletariado em economias de tipo colonial e feudal/semifeudal, em que, por vezes, industriais imperialistas lidam com proletariado mais desenvolvido que a burguesia local. A hipótese é que o capitalismo se subdivide em amplamente desenvolvido (primeiro deve-se passar pela etapa de pleno desenvolvimento, para depois galgar à socialista), subdesenvolvido (conversão do capitalismo em socialismo) e inexistente (países coloniais ou de passado colonial recente devem adotar diretamente o Estado de democracia nacional, com um desenvolvimento não-capitalista calcado na experiência socialista). A revolução burguesa requerida, em meados do século XX no Brasil, buscava a emancipação nacional contra as peias da etapa imperialista. Requeria uma burguesia objetivamente interessada na exploração do mercado nacional e eliminação do domínio monopolista imperialista, que tomasse deste o domínio do comércio dos nossos principais produtos de exportação. Quanto à maioria das importações, estava espalhada por várias empresas, e quanto a fração da burguesia industrial, já se comprometera com o império.

E embora fosse necessário respeitar as necessidades de cada classe nacional, a burguesia de longas datas vinha escolhendo lados. Depois da Revolução de 1930, a burguesia tentou subjugar os proletários, com o Estado Novo, cuja configuração policial, disfarçada de paternalismo trabalhista, foi os bastidores do populismo varguista. Após a Segunda Guerra, se une ao imperialismo e latifúndio, acelerando a inflação e transferindo crescentemente renda do salário ao lucro. A inflação, velha conhecida do povo brasileiro, passou de um índice 100 em 1914 para 11.247 em 1961. E os monopólios estrangeiros, fixando cotações de produtos, rebaixando preços e forçando a venda por valor irrisório, compeliavam os latifúndios a pagar miseravelmente os trabalhadores e manter formas pré-capitalistas de remuneração. Era comum também impedir o trabalhador/caseiro de deixar a propriedade por dívida contraída no armazém do fazendeiro ou retendo documentos pessoais, em prática parecida com escravização. Esses ônus da pressão externa baixavam preços no exterior, obrigando sua ascensão no interior, e tornavam baixos os salários, depreciando a moeda. Vivíamos um capitalismo que se desenvolvia enquanto se deteriorava o imperialismo no mundo: a concentração se opunha à fase industrial que atravessávamos, diferindo da concentração monopolista própria ao imperialismo e expressando um esforço defensivo da capitalização brasileira, uma tendência de sobrecarregar o salário, ausência de siderurgia necessária, exportação obsessiva e imediatismo.

Empresas estatais promissoras ou em produção avançada e com posição sólida no mercado interno eram destruídas (Fábrica Nacional de Motores, Cia Nacional de Álcalis). O BNDE²⁶ era nocivo à indústria e à capitalização nacional. O BB fornecia capital de giro para exportadoras. Empreendimentos públicos e energia elétrica eram onerados pelas alterações cambiais. A distribuição de energia, monopolizada por empresas contrárias ao surto industrial, além de caras e não garantidoras da continuidade do serviço à população. Câmbio especial, concedido a firmas estrangeiras de refrigerantes, frutas secas, sorvetes e óculos de fantasia.

Nas compras de empresas estrangeiras, havia prejuízos econômicos e ausência de formalidades necessárias, como o tombamento contábil e físico.

Quanto ao trabalho assalariado, nos EUA sua renda nacional representava 71% em 1943; na União Soviética, 74% em 1950, e no Brasil apenas 30 a 40%. No entanto, por aqui se usa o costumeiro para combater a inflação: menos investimentos, fixação salarial, controle do Orçamento, empréstimos e afastamento estatal da economia. Parecem esquecer que estatais, onde o capitalismo se desenvolveu em imperialismo, são usadas para suprir as carências não atendidas pela iniciativa privada. Isso explica estimativas que apontam em 33% os capitais externos imperialistas na indústria brasileira, e os números alarmantes da concentração econômica: a) indústrias com produção entre 10 e 50 milhões de cruzeiros, apesar de responder por 2,15% dos estabelecimentos, controlam 58,3% da produção; b) estabelecimentos com 20 a 50 pessoas ocupadas respondem por 5,93% do total e 46,1% das vendas, e c) estabelecimentos de 500 a mil ha respondem por 3,38% do total e 62,12% da área total. Isso mostra o monopólio da terra, o comércio executado por poucas firmas e a indústria conduzida por poucas empresas. Usa-se a concentração tanto para as estatais quanto para a sobrevivência ou penetração imperialista. No comércio, firmas imperialistas giram com capital nacional e controlam safras, exportação e preços. A agricultura é latifundiária. Trata-se do contrário ocorrido quando o capitalismo se expandiu, quando havia concorrência e dispersão. O proletariado no Brasil, no entanto, tem assumido presença ativa, imprimindo novo conteúdo à democracia. Quando da Revolução Cubana, enorme influência foi feita no movimento de emancipação dos latino-americanos. A burguesia, no entanto, recorre à velha arma do anticomunismo para dividir e enfraquecer o progresso, elevando a contradição de classe como o mais relevante. Nos países subdesenvolvidos, no entanto, o campesinato e o proletariado podem ser grandes aliados da burguesia. Aquele tem forças de enorme proporções, e, embora seja aliado natural, seguro e imprescindível do proletário, seu atraso

²⁶ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Futuramente incluir-se-ia na sigla, pelo menos nominalmente, o "S" de Social.

secular causa lentidão da emancipação do país. Os sindicatos operários no Brasil se quadruplicaram de 1942 a 59, mas só metade dos proletários se sindicalizou, enquanto o campesinato apenas inicia este engajamento.

Conclusão.

Sodré afirma ser equivocada a suposição de que o fortalecimento da burguesia possa levar a revoluções burguesas clássicas em que se dê à classe feudal vencida alguns privilégios, voltando-se contra o proletariado e o campesinato. No entanto, apesar de alertar que o momento seja outro, de emancipação, tem-se visto alianças parasitárias que, como nas revoluções burguesas clássicas, escoram no lombo de proletários e camponeses. Além do mais, muitos capitalistas vencedores no séc. XVIII diversificaram sua atuação e imprimiram impérios pelo mundo para garantir concentrações e lucros cada vez maiores. Por fim, talvez por serem as classes que mais pagam o preço das decisões públicas que a sobrecarregam financeiramente, proletários e camponeses são vistos como as forças mais interessadas nas transformações da estrutura brasileira, a exercer papel principal, saindo da passividade e passando à necessidade, pois ações humanas, sob forma organizada, formam a essência da política. Na Revolução Brasileira em curso na década de 1960, a burguesia nacional estava com a sua sorte de classe em jogo, e provavelmente seria fracionada. Vivia um processo objetivo e natural, e tinha como grande desafio alijar do cenário político-econômico a fração monopolista e imperialista burguesa. Vimos que a ditadura militar impediu que isto ocorresse, e o Brasil continuou sofrendo devido ao imperialismo, latifúndio, concepções atrasadas no terreno espiritual, inflação, violência etc. Pelo menos na laicidade ganhamos um pouco, com a Lei do Divórcio, e o sofrimento ensejou a Constituição Cidadã²⁷ (já durante a redemocratização), dentre outras melhorias pontuais durante o regime de ferro.

Referências Bibliográficas

ARRAIS, Cristiano Alencar. *O século XVIII em Goiás: a construção da colônia*. Goiânia: Cânone Editorial, 2019.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 6 abr. 2022.

BRASIL. Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977. Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras

²⁷ Constituição Federal da República Federativa do Brasil, de 1988.

providências. Brasília: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6515.htm>. Acesso em: 29 mar. 2022.

LEITE, Harrison. *Manual de direito financeiro*. 7. ed. Salvador: JusPODIVM, 2018.

PAULSEN, Leandro. *Curso de direito tributário completo*. 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Reconhecimento de paternidade e seus efeitos*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.